

RESERVA EXTRATIVISTA "CHICO MENDES" A Socioeconomia 25 anos depois


EDITORA
OMNIS SCIENTIA

Organizadores:
Raimundo Cláudio G. Maciel
João Alfredo de C. Mangabeira
José Roberto Kassai

RESERVA EXTRATIVISTA "CHICO MENDES" A Socioeconomia 25 anos depois



EDITORA
OMNIS SCIENTIA

Organizadores:
Raimundo Cláudio G. Maciel
João Alfredo de C. Mangabeira
José Roberto Kassai

Editora Omnis Scientia

RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES”
A Socioeconomia 25 anos depois

Volume 1

1ª Edição

TRIUNFO - PE
2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizadores

Raimundo Cláudio G. Maciel

João Alfredo de C. Mangabeira

José Roberto Kassai

Conselho Editorial

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Wendel José Teles Pontes

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Cássio Brancalone

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Editores de Área - Ciências Agrárias

Dr. Álefe Lopes Viana

Dr. Luis de Souza Freitas

Dra. Marcia Helena Niza Ramalho Sobral

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Os autores

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R433 Reserva extrativista “Chico Mendes” [livro eletrônico] / Organizadores Raimundo Cláudio G. Maciel, Joao Alfredo de C. Mangabeira, José Roberto Kassai. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021. 162 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-54-4

DOI 10.47094/978-65-88958-54-4

1. Reserva extrativista. 2. Agricultura familiar. 3. Florestas sustentáveis. I. Maciel, Raimundo Cláudio G. II. Mangabeira, Joao Alfredo de C. III. Kassai, José Roberto.

CDD 333.751

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao grupo de pesquisa do projeto “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre”, denominado ASPF, que, nos últimos 25 anos, vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à produção familiar rural na região acreana, entre outros temas e assuntos correlatos à economia dos recursos naturais, meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Agradecemos, dessa forma, todos os alunos de graduação e pós-graduação, de diversos cursos (Economia, Agronomia, Engenharia Florestal, História, Análise de Sistemas e Geografia) da UFAC, bem como os professores e pesquisadores que contribuíram de alguma forma para a consolidação da metodologia do projeto ASPF.

Agradecemos à Universidade Federal do Acre (UFAC) pelo apoio institucional, a partir do extinto Departamento de Economia, atualmente incorporado ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), além das Pró-Reitorias de Pesquisa (PROPEG) e Extensão (PROEX) e do setor de transportes.

Agradecemos o apoio financeiro concedido pelas instituições: Universidade Federal do Acre (UFAC), Fundação Ford (F.F.), Banco da Amazônia S/A (BASA), Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Governo do Acre, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Acre), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além da Fundação Instituto de Biodiversidade e Manejo de Ecossistemas da Amazônia Ocidental (BIOMA) à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Desenvolvimento à Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE), pela gestão dos recursos quando necessária, como foi para o último levantamento, em parceria com a *Veja Fair Trade* e financiado por *Partnerships for Forests*.

Agradecemos às comunidades pesquisadas nos municípios de Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Plácido de Castro, do Acre, pelas contribuições na construção da metodologia de pesquisa e paciência dispensada na ocasião das entrevistas.

Agradecemos às entidades parceiras das áreas extrativistas: diversas associações de moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (AMOPREX), Assis Brasil (AMOPREAB), Brasiléia (AMOPREB), Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (FETACRE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sindicato do Trabalhadores Rurais (STR), que muito contribuíram para a realização deste trabalho, seja nas discussões iniciais sobre a metodologia da pesquisa, seja na aproximação da equipe do projeto com as comunidades pesquisadas, bem como no apoio logístico e de campo.

APRESENTAÇÃO

'No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiros. Depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora percebo que estou lutando pela humanidade' – Chico Mendes¹

O legado de Chico Mendes continua vivo! Mesmo com todos os percalços e dificuldades, os agroextrativistas da Reserva Chico Mendes - RESEX - continuam firmes na luta pela preservação do legado de Chico Mendes, em um esforço para manter a floresta em pé, produzindo sem que sua conservação seja afetada. É o que demonstram os resultados das pesquisas conduzidas nos últimos 25 anos, ora apresentadas nesse livro.

Os capítulos deste livro mostram que a floresta é a razão de ser das RESEX. Ela faz parte dos valores culturais dos agroextrativistas, está institucionalizada na legislação desse tipo de unidade de conservação e nos planos de manejo florestais. A floresta em pé leva sustento às famílias e, dessa forma, sua conservação é fundamental. Além disso, com quase um milhão de hectares, a RESEX Chico Mendes vem cumprindo com seu papel de proteção ambiental, pois funciona como uma espécie de barreira para os desmatamentos na região. Apesar do crescimento do desmatamento verificado nos últimos anos, a RESEX Chico Mendes mantém mais de 90% de sua cobertura florestal e corrobora a tese de que as áreas protegidas funcionam como barreiras ao avanço do desmatamento.

As unidades de conservação, como é o caso da RESEX Chico Mendes, surgiram como forma de solucionar os problemas relacionados à luta pela posse da terra na região amazônica, bem como às questões ambientais derivadas das atividades insustentáveis, como a produção de madeira e pecuária de gado bovino. Seriam um modelo de desenvolvimento sustentável para a conservação da floresta, trazendo uma nova mentalidade sobre o estilo de desenvolvimento para a região amazônica. Depois de 30 anos da implantação da RESEX Chico Mendes, percebe-se que a prudência ecológica e a justiça social, que são dimensões primordiais do desenvolvimento sustentável, junto com a eficiência econômica, foram bem encaminhadas na região. Tal processo vem sendo analisado pelas pesquisas conduzidas por intermédio da inovadora metodologia do grupo de pesquisa “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre”, denominado ASPF, da Universidade Federal do Acre que, nos últimos 25 anos, vem desenvolvendo pesquisas específicas relacionadas à produção familiar rural na região acreana.

¹ Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes (1944-1988) foi um líder seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Lutou pela preservação da Floresta Amazônica e suas seringueiras nativas. Recebeu da ONU o Prêmio Global de Preservação Ambiental. Cf. https://www.ebiografia.com/chico_mendes/

Os trabalhos apresentados evidenciam que o agricultor familiar rural assentado na RESEX Chico Mendes ainda encontra dificuldades produtivas. Essas dificuldades geram gargalos que comprometem a eficiência econômica produtiva e podem ser explicados pelo baixo índice de eficiência reprodutiva o que significa, provavelmente, a migração de membros da família do campo para atividades assalariadas fora das unidades produtivas familiares, uma vez que os produtores consideram mais rentável assalariar-se fora da Unidade Produtiva Familiar do que trabalhar na sua localidade. Ou seja, tais gargalos comprometem a eficiência econômica das atividades produtivas sustentáveis, com impactos diretos na geração de emprego e renda entre as famílias extrativistas.

Assim, a efetividade da RESEX Chico Mendes está em cheque frente às mudanças culturais que vêm ocorrendo ao longo do tempo. O desafio que se impõe, por um lado, é o de resgatar a mentalidade original dos extrativistas das RESEX, com a valorização dos produtos extrativistas tradicionais. Por outro lado, mais estudos são necessários para avaliar quais ações seriam mais eficazes no sentido de equacionar a mentalidade original com as “novas mentalidades”. Para viabilizar a atividade agroextrativista, que é o principal meio de subsistência das famílias, é fundamental que os produtores disponham de uma dinâmica ‘inovativa’ direcionada à ampliação dos investimentos dentro dos sistemas de produção. Outro gargalo a ser superado é a governança fundiária, dadas às dimensões da região que geram dificuldades de monitoramento e de fiscalização das diversas atividades e dos diversos atores envolvidos nas instituições responsáveis pela gestão da área.

O cenário encontrado dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes acena para a formulação de políticas públicas específicas e voltadas para o incentivo e fortalecimento da produção e da renda rural, por meio do acesso às tecnologias e da exploração sustentável dos recursos naturais, de modo a garantir a reprodução social das famílias na floresta. Estudos a respeito da geração e distribuição de renda entre as comunidades florestais são essenciais a fim de que políticas adequadas, voltadas para o incentivo de alternativas produtivas sustentáveis, sejam implementadas e conduzidas em consonância com os preceitos do desenvolvimento sustentável e das propostas de criação das Reservas Extrativistas.

Considerando tantos desafios, o convite para participar da organização desse livro constitui uma esperança de que essa obra possa dar continuidade ao legado de Chico Mendes e agregar outras ações, atividades e projetos em parceria com o grupo de pesquisa da Universidade do Acre e das instituições organizadas na RESEX Chico Mendes. O intercâmbio e a cooperação técnico-científica e cultural podem promover a produção, a disseminação de conhecimentos e o desenvolvimento de tecnologias ‘inovativas’ e soluções tecnológicas de gestão territorial capazes de gerar índices multicritério de sustentabilidade, com vistas ao fortalecimento das famílias e da juventude rurais, agricultores, lideranças comunitárias e agentes multiplicadores da assistência técnica e extensão rural da Amazônia, por meio de ações de capacitação e treinamento e de inclusão geodigital.

Agradecemos, com o coração preenchido pelo espírito da floresta, o convite para participar dessa parceria e organização do livro ao Doutor Raimundo Cláudio Gomes Maciel - Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA/UFAC) e Coordenador do Projeto ASPF e à Daniela Maciel Pinto, analista da Embrapa Territorial e integrante de equipe técnica do Acordo de Cooperação Técnica Embrapa Territorial e Fipecafi, pela organização da publicação do livro.

João Mangabeira – Pesquisador da Embrapa e Responsável Técnico pelo Convênio Embrapa Territorial e Fipecafi - joao.mangabeira@embrapa.br

José Roberto Kassai – Professor da FEA-USP, Coordenador do NECMA/USP e Responsável Técnico pelo Convênio Embrapa Territorial e Fipecafi- jrkassai@usp.br

INTRODUÇÃO

O início das pesquisas na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes foi planejado com a formulação do projeto de pesquisa “Análise Econômica dos Sistemas de Produção Familiar Rural da Região do Vale do Acre”, denominado “ASPF”, em 1996, capitaneado pelo prof. José Fernandes do Rêgo, no Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC).

A pesquisa buscava medir o desempenho econômico dos sistemas de produção familiares extrativista, agrícola e agroflorestal e proceder a sua comparação, buscando avaliar não somente a persistência do extrativismo em novas bases, mas, também, propor, a partir dos elementos entre os sistemas existentes, a composição de um sistema de produção alternativo e sustentável, tendo por base o que o prof. Rêgo chamou de “neoextrativismo”².

O primeiro levantamento realizado pelo projeto ASPF foi referente ao ano agrícola de 1996/997, constituindo-se no marco zero, a partir do qual seria possível acompanhar, usando a mesma metodologia, a eficácia das políticas públicas de estímulo ao extrativismo e à agricultura familiar ao longo do tempo. Destaca-se a inovadora e inédita metodologia desenvolvida no projeto, sendo adequada e específica para a agricultura familiar na região e dentro das condições amazônicas.

Ademais, com o imenso banco de dados colocados à disposição dos pesquisadores e gestores públicos, abriu-se várias possibilidades de investigação referentes à pesquisa econômica sobre a produção familiar rural na Amazônia, tendo em vista os problemas suscitados pela pesquisa.

Cabe destacar que todo o processo de construção da metodologia de pesquisa, definição das áreas, amostragem e outros procedimentos, foi realizado de forma amplamente participativa, com as entidades representativas (associações, sindicatos e cooperativas, CNS e FETACRE), as lideranças e a própria comunidade, além das entidades governamentais, como diversas secretarias de produção e meio ambiente, IBAMA, ICMBio INCRA, entre outras, que se tornaram parceiros do projeto.

No período de 1999/2000, o projeto ASPF ampliou sua área de abrangência para todo o estado acreano, com pesquisas na região do Vale do Juruá. Além disso, no processo de consolidação de sua metodologia, foram incorporados indicadores sociais e ambientais aos indicadores de desempenho das unidades de produção rural familiares, expressos no levantamento de 2005/2006, no Vale do Acre e 2006/2007, no Vale do Juruá.

A partir desses levantamentos, tinha-se um imenso banco de dados com informações socioeconômicas e ambientais para o período de uma década, que poderia subsidiar pesquisadores e políticas públicas para a resolução de diversos problemas identificados nas diversas regiões pesquisadas.

A RESEX Chico Mendes faz parte das áreas representativas do sistema de produção extrativista da pesquisa do projeto e, por ser uma área emblemática, suscitou, com mais intensidade, a partir 2005/2006, diversas investigações e publicações, como monografias, dissertações, teses e artigos científicos, além de subsidiar algumas políticas públicas, como a atualização da Lei Chico Mendes, em 2008.

²Cf. RÊGO, José Fernandes. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25. n. 147, p. 62-65, mar.1999.

Com a crescente dificuldade de financiamento das pesquisas, o projeto ASPF concentrou seus estudos e levantamentos em áreas estratégicas. Dessa forma, no período 2014/2015, foi realizado mais um levantamento na RESEX Chico Mendes, em parceria com a EMBRAPA e o ICMBIO.

Nesse período, destaca-se a fala da chefe da RESEX Chico Mendes, Silvana Lessa, analista ambiental do ICMBIO, com a expectativa dos levantamentos do projeto ASPF, tendo em vista que se completariam duas décadas de pesquisas na região. Pois, ela queria saber as nossas impressões de campo sobre a mudança na paisagem na RESEX, a partir da evolução das atividades produtivas entre os moradores, especialmente com o manejo florestal madeireiro e a criação de gado bovino.

É impressionante o quanto mudou a paisagem na região! Essa impressão está fortemente associada aos ramais que cortam o interior da RESEX. Nas primeiras pesquisas do projeto ASPF, o acesso às colocações dos extrativistas era feito pelos varadouros ou pelos rios e igarapés, com longas horas de caminhada ou de barco. No período mais recente, existem ramais que cortam praticamente toda a RESEX Chico Mendes, com boa trafegabilidade durante o período de estiagem das chuvas.

Esta impressão foi reforçada no último levantamento realizado pelo projeto ASPF, referente ao período de 2018/2019, já que conseguimos fazer as entrevistas com os moradores, mesmo os que moram em área mais longínquas, de caminhonete traçada ou de moto, com alguns trechos ainda sendo feitos a partir de pequenas caminhadas. Essas mudanças são refletidas no modo de vida das pessoas e suas visões de mundo.

Não por acaso, o primeiro capítulo do presente livro apresenta uma discussão sobre o tipo de mentalidade do extrativista nos dias atuais. A pesquisa perguntou aos entrevistados o que eles pensam sobre temas relacionados ao uso da terra, participação das mulheres e jovens nas decisões familiares e sucessão familiar, buscando entender se o movimento seringueiro ainda orienta a visão de mundo das gerações atuais ou se há práticas diferentes da tradição seringueira.

No segundo capítulo, a governança fundiária na RESEX Chico é o tema em destaque, a partir da discussão em torno da garantia pela posse da terra e seu relacionamento com a reprodução social das famílias extrativistas. A rotatividade de moradias na região tem diminuído no período recente, mas sem garantia da propriedade da terra. Por outro lado, a eficiência econômica e o nível de vida das famílias têm sofrido expressivas reduções ao longo do tempo.

A identificação das características sociais mais importantes e as principais mudanças ocorridas nos diversos levantamentos do projeto ASPF estão no cerne do terceiro capítulo. Alguns indicadores que medem o bem-estar das famílias extrativistas apresentaram expressivas melhoras, como os relativos à educação formal e informal, mas outros requerem maiores atenção, como os relativos à saúde, questões sanitárias e padrões de consumo.

No quarto capítulo, a pauta analisada se refere a uma discussão antiga, mas cada vez mais atual: distribuição de renda e pobreza. E, não diferente do que acontece no Brasil e no mundo, a desigualdade de renda na RESEX Chico Mendes vem aumentando, principalmente após a primeira década de estudo. Do ponto de vista da pobreza, os indicadores analisados apresentam redução dos pobres no período recente.

A relação entre a pobreza, distribuição de renda, o autoconsumo e a segurança alimentar é a temática trabalhada no quinto capítulo. As análises indicam que, ao longo dos últimos 25 anos, ainda se encontram altos níveis de insegurança alimentar, resultado da redução do nível de autoconsumo

entre as famílias extrativistas e da elevação da dependência de bens adquiridos no mercado.

A avaliação da produção pecuária de gado bovino no interior da RESEX, cuja produção extensiva é um dos responsáveis pelos desflorestamentos na região, é realizada no sexto capítulo. O crescimento desse tipo de atividade tem sido preocupante ao longo do tempo. As análises indicam a inviabilidade econômica da produção comercial de gado bovino de corte entre os extrativistas, sendo uma atividade válida apenas como reserva de valor.

No sétimo capítulo, trabalha-se com temas primordiais para o desenvolvimento sustentável na região estudada, que são os investimentos e a dinâmica inovativa na RESEX Chico Mendes. A partir de indicadores econômicos, como a tipologia dos produtores familiares, eficiência e tensão reprodutiva, percebeu-se as dificuldades reprodutivas das famílias e suas carências de políticas públicas e investimentos efetivos, na busca de novas tecnologias sustentáveis.

No oitavo capítulo, um dos principais problemas do mundo moderno é realçado: os resíduos sólidos, denominados de lixo – no caso estudado, lixo rural. A produção e destinação adequada dos resíduos sólidos têm se tornado um problema no ambiente urbano e, em especial, no meio rural, em virtude de questões que vão desde a falta de coleta – com destinação adequada – até a importação dos padrões de consumo das cidades.

Assim, a pesquisa socioeconômica e ambiental sobre produção familiar rural na Amazônia e, em particular, na RESEX Chico Mendes, fica mais rica com os resultados publicados pelo presente livro e, sobretudo, abrem-se possibilidades novas de investigação, nesse campo, em virtude dos problemas suscitados pela pesquisa e do imenso banco de dados colocado à disposição dos pesquisadores e gestores públicos.

Em última instância, se tem um diagnóstico referente à duas décadas e meia de pesquisas na RESEX Chico Mendes, que é importante para se avaliar os impactos das políticas públicas na região. Mas, também se torna primordial para orientar políticas futuras, que sejam efetivas para a resolução de diversas questões que se arrastam ao longo do tempo e impactam decisivamente nas condições de vida dessa população e do meio ambiente.

Doutor Raimundo Cláudio Gomes Maciel

Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA/UFAC)

Coordenador do Projeto ASPF

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	15
MINDSET DAS FAMÍLIAS DA RESEX CHICO MENDES EM TERMOS DE USO DA TERRA, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E JOVENS NAS DECISÕES FAMILIARES E SUCESSÃO FAMILIAR	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/15-25	
CAPÍTULO 2.....	26
AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA PECUÁRIA DE GADO BOVINO NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Amanda de Moura Almeida	
Helen Cristina da Silva Menezes	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/26-43	
CAPÍTULO 3.....	44
AVALIAÇÃO SOCIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO 2005-2019	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Oleides Francisca de Oliveira	
Helen Cristina da Silva Menezes	
Abigail de Barros Freire	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/44-66	
CAPÍTULO 4.....	67
DINÂMICA INOVATIVA E INVESTIMENTO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Oleides Francisca de Oliveira	
César Leandro de Christo Hundertmarck	
Ítalo Henrique Bezerra da Silva	
Amanda de Moura Almeida	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/67-84	

CAPÍTULO 5.....	85
A RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES” E A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA: ALGUMAS LIÇÕES DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti	
Elyson Ferreira de Souza	
Oleides Francisca de Oliveira	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/85-101	
CAPÍTULO 6.....	102
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Luísa Nascimento Ribeiro	
Gustavo Sóstenes Abreu Loureiro da Silva	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/102-120	
CAPÍTULO 7.....	121
PRODUÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	
Oleides Francisca de Oliveira	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Jean Marcos da Silva	
Amanda de Moura Almeida	
Márcio Silva de Aquino	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/121-139	
CAPÍTULO 8.....	140
POBREZA, SEGURANÇA ALIMENTAR E AUTOCONSUMO NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Wiulien do Santos Araújo	
Oleides Francisca de Oliveira	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/140-159	

A RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES” E A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA: ALGUMAS LIÇÕES DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS⁵⁵

Raimundo Cláudio Gomes Maciel⁵⁶;

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti⁵⁷;

Elyson Ferreira de Souza⁵⁸;

Oleides Francisca de Oliveira⁵⁹;

Pedro Gilberto Cavalcante Filho⁶⁰.

RESUMO: As discussões em torno do desenvolvimento sustentável na região amazônica, em particular ao movimento social seringueiro frente aos desmatamentos e a luta pela posse da terra, culminaram na implantação das unidades de conservação de uso direto, tendo como principal referência a Reserva Extrativista “Chico Mendes”, situada em Xapuri-AC, representando uma espécie de reforma agrária na floresta. O objetivo do presente trabalho é avaliar algumas das lições apreendidas nas duas últimas décadas relacionadas à garantia da propriedade da terra e a reprodução social dos extrativistas. Utiliza-se a metodologia do projeto de pesquisa denominado ASPF, da Universidade Federal do Acre, a partir de indicadores sociais como escolaridade, acesso a terra e tempo de moradia; indicadores econômicos, como eficiência econômica e nível de vida e termos monetários; e indicadores ambientais, como uso da terra e os desmatamentos. Os resultados indicam que a rotatividade de moradias tem diminuído significativamente no período analisado. Porém, para mais da metade dos extrativistas ainda não há garantia da propriedade da terra. Do ponto de vista econômico, observou-se expressiva redução tanto da eficiência econômica quanto do nível de vida entre as famílias. Do ponto de vista ambiental, verificou-se leve diminuição das florestas, com aumento dos desmatamentos e ampliação das pastagens para a produção de gado bovino.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Reserva Extrativista. Desenvolvimento Sustentável. Governança Fundiária.

⁵⁶Doutor em Economia Aplicada (IE/UNICAMP), Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: rcmaci@ufac.br

⁵⁷Doutor em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP). E-mail: fcscarlito@uol.com.br

⁵⁸Doutor em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP), Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: elysonsena@hotmail.com

⁵⁹Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC), Professora do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: oleides.ufac@gmail.com

⁶⁰Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP). E-mail: pedro.gilberto@hotmail.com

ABSTRACT: Discussions around sustainable development in the Amazon region, in particular the rubber tapper social movement in the face of deforestation and the struggle for land tenure, culminated in the implementation of conservation units for direct use, having as main reference the “Chico Extractive Reserve Mendes”, located in Xapuri-AC, representing a kind of agrarian reform in the forest. The objective of the present work is to evaluate some of the lessons learned in the last two decades related to the guarantee of land ownership and the social reproduction of extractivists. The methodology of the research project called ASPF, from the Federal University of Acre, is used, based on social indicators such as schooling, access to land and time of residence; economic indicators, such as economic efficiency and standard of living in monetary terms; and environmental indicators, such as land use and deforestation. The results indicate that the housing turnover has decreased significantly in the analyzed period. However, for more than half of the extractivists there is still no guarantee of land ownership. From an economic point of view, a significant reduction was observed both in economic efficiency and in the standard of living among families. From the environmental point of view, there was a slight decrease in forests, with an increase in deforestation and expansion of pastures for the production of cattle.

KEY-WORDS: Amazon. Extractive reserve. Sustainable development. Land Governance.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda algumas das principais questões relacionadas à Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, enfocando especialmente a questão ambiental e a governança fundiária. As RESEX foram criadas como uma proposta inovadora, tendo vista sua política fundiária, que consiste no papel de resolução dos conflitos de terra e uma política ambiental, observando os preceitos da sustentabilidade para a preservação dos recursos naturais (LIMA, PERALTA, 2017).

As RESEX são áreas de domínio público e seu uso é concedido às populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais.

As questões ambientais se tornaram preponderantes para a definição do tipo de assentamento a ser desenvolvido, dadas as discussões sobre o uso da terra, notadamente em torno dos níveis de desflorestamentos das áreas florestais e a sustentabilidade ambiental dos projetos.

Os resultados ainda se mostraram insatisfatórios tendo em vista as dificuldades como acesso à terra, mercados e tecnologias apropriadas, levando a diversas discussões, em especial sobre o uso da terra e a pobreza rural.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é avaliar a relação entre o acesso à terra, o uso da terra e o desempenho econômico entre as famílias da RESEX Chico Mendes, no estado do Acre, no período de 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015.

A importância do presente trabalho está justamente no fato da necessidade de subsidiar políticas públicas para a região amazônica, particularmente no Acre, voltadas para a discussão em torno da governança fundiária, notadamente em unidades de conservação, e o efetivo desenvolvimento sustentável.

O trabalho está estruturado em cinco seções além desta introdução. A segunda seção é apresentada uma breve revisão bibliográfica a respeito da implementação das unidades de conservação e Reservas Extrativistas. A terceira seção mostra-se um pouco das discussões em volta da reforma agrária e da governança fundiária na Amazônia. Em seguida, na quarta seção apresenta-se o material e métodos para a realização da seguinte pesquisa. Na quinta seção expõe-se os principais resultados obtidos a partir da realização deste trabalho. Por fim, a sexta seção é reservada as principais conclusões desta pesquisa.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

As preocupações ambientais tiveram início na Europa a partir do século XVIII e se expressou através da intensificação de estudos, coleções e pesquisas sobre flora e fauna que se estendem ao modo de vida social e cultural dos povos. Tanto a Europa como a América do Norte concordavam que o poder destrutivo do ser humano traria danos ambientais irreparáveis, portanto, as raízes deste movimento estão ligadas principalmente a esse determinante (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

A concepção naturalista norte americana manteve uma grande distância da concepção europeia. Nos EUA, o naturalismo assumiu que a única maneira de preservar a natureza seria mantê-la afastada do homem. Assim, a criação do Parque Yellowstone em 1872, o qual foi criado a partir de “ilhas de preservação” isoladas da presença predatório do homem, exemplifica claramente o ideal naturalista norte americano (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

Apesar da iniciativa de criação de parques para a conservação do ambiente natural vir dos países europeus e dos EUA, ressalta-se que esta concepção ambiental se tornou uma política de conservação mais utilizada pelos países de Terceiro Mundo (DIEGUES, 2001).

No Brasil, a concepção naturalista norte americana se manifestou através da proposta de criação de um parque nacional em Sete Quedas, elaborada por André Rebouças, em 1871, concretizado apenas 1961. Entretanto, em 1937 foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro parque com essas características (ATLAS, 2000).

Até a criação do Código Florestal em 1965, os parques e outras áreas de preservação foram criados baseados na lógica ambiental norte americana, seguindo apenas o princípio de criar monumentos públicos naturais com valor estéticos ou que os atributos ecológicos fossem de interesse para o conhecimento científico (MORSELLO, 2001).

Embora a política ambiental implantada nos EUA tenha influenciado as políticas ambientais em diversos países latino americanos, as realidades específicas de cada região forçaram essas medidas serem adotadas de forma adequadas. O caso brasileiro é exemplar nessa situação, uma vez que suas florestas são habitadas por povos indígenas e por seringueiros e extrativistas, conhecidos como populações tradicionais, portanto, foi necessário levar em conta a presença dessa população no encaminhamento de políticas ambientais (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

As populações tradicionais são caracterizadas pela organização em grupo de pessoas de pequenos produtores, atraídos por uma atividade econômica. Para eles, a natureza desempenha um papel significativo na definição e desenvolvimento de modos de vida específicos, geralmente em sintonia com as regras básicas do ecossistema florestal. Assim, adquirem conhecimento profundo dos ciclos biológicos da natureza e desenvolvem tecnologias simples, porém, adaptadas ao seu modo de

vida e à lógica do ambiente. Finalmente, deve-se ressaltar que essas comunidades desenvolvem sua própria cultura, rica em conhecimento que envolve as leis da natureza (DIEGUES, 2001; TERBORGH e PERES, 2017).

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) classificou as formas de gerenciamento das áreas de proteção, levando em consideração as condições de estritamente protegidas ou de uso sustentável. Entretanto, alguns autores apontam que as áreas protegidas de uso sustentável não são eficientes do ponto de vista de conservação da biodiversidade a longo prazo (KAUANO, *et al.*, 2017). Por outro lado, outros autores apresentam essa modalidade de gerenciamento das áreas protegidas como uma estratégia de conservação efetiva e inclusiva (DE TOLETO, *et al.*, 2017).

Em consonância com a UICN, o Código Florestal de 1965 (Lei 4.771) criou uma série de categorias, considerando as especificidades brasileiras, dividindo-as em dois grandes grupos:

- 1 áreas de uso restrito que não permitem a exploração de recursos naturais, como parques (nacionais e estaduais) e reservas biológicas;
- 2 áreas que permitem a exploração humana, tais como florestas nacionais estaduais e municipais e áreas de proteção ambiental.

De acordo com Hall (2000), as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas a partir de políticas ambientais, resultado de um processo contrário a forma de ocupação econômica da Amazônia mediante ao desenvolvimentismo da década de 1960. Inicialmente a implantação das UCs foram baseadas em ilhas estratégicas de conservação da biodiversidade de uso indireto.

Diante do crescente movimento ambientalista mundial em conjunto com o movimento das populações tradicionais, especialmente os seringueiros e extrativistas, que foram excluídos do processo de ocupação desenvolvimentista da região, as UCs de uso direto se destacaram, em especial as Reservas Extrativistas (RESEX), que foram criadas como uma forma de amenizar o problema fundiário de concentração de terra, promover a exploração dos recursos naturais pautados nos princípios sustentáveis e de conservar a biodiversidade no território amazônico (ALLEGRETTI, 1989; COSTA FILHO, 1995; LIMA e PERALTA, 2017).

Em 1977 foram criadas áreas especiais e locais de interesse turístico e arqueológico, como reservas e estações ecológicas. Em 1990, foram criadas as RESEX, representando uma inovação dentro das Unidades de Conservação (UCs), ambas como resultado das exigências dos seringueiros e extrativistas para se definir uma nova forma de posse da terra, resultando na definição do uso da terra cuja exploração dos recursos naturais deve ser sustentável (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

No início da década de 1990, o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) já tinha uma proposta das RESEX mais ampla e elaborada. Apesar de enfatizar que é uma política fundamental para alçar o desenvolvimento na região, reconhecem que “não há apenas uma única e definitiva solução para o desenvolvimento sustentável na Amazônia” (CNS, 1993, p. 14), porém, prevalecia ainda a ideia de uma proposta genérica e única no sentido de se contrapor ao modelo da pecuária e de superação do extrativismo tradicional. Assim, os novos elementos incorporados ao movimento dos seringueiros apontavam para a concepção das reservas como parte da luta política pela reforma agrária no Brasil, como alternativa ao modelo tradicional de assentamentos do INCRA e, por fim, com a incorporação clara e definitiva da dimensão ecológica.

A criação de Unidades de Conservação de Uso Direto, como as RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mediante o reconhecimento dos direitos territoriais, permitiu as comunidades locais se integrarem ao comércio nacional e internacional. Porém, as transformações necessárias para garantir competitividade nos mercados regionais e internacionais, como a melhoria na infraestrutura e logística, não ocorreram. Como resultado, as cadeias produtivas não se desenvolveram adequadamente para a população tradicional e continuaram a operar, em alguns casos, com base na “exploração paternalista” (KOHLER e BRONDIZIO, 2016; BARBIER, 2010).

Segundo Hall (2000), as UCs apresentaram algumas realizações promissoras, porém, ainda é duvidosa sobre o seu papel no potencial de proteção ambiental, tendo em vista que sua abrangência é limitada e, principalmente, pela força do desenvolvimento. Ademais, é fundamental a instalação de novas UCs, em especial as de conservação produtiva, como as RESEX. Entretanto, conforme UICN (1993), cabe destacar que as RESEX ainda não são solução absoluta:

As Reservas Extrativistas não são a panaceia para os problemas da Amazônia, nem a solução mágica para a sua ocupação, mesmo porque mais da metade da área já foi ocupada e colonizada através de diferentes projetos, especialmente agropecuários. Da superfície total, talvez apenas 20% apresente condições exigidas por lei para a implantação daquelas. Exatamente porque estão chegando já um pouco tarde, é preciso acelerar o processo, para proteger as áreas que ainda podem ser protegidas (p. 2).

As RESEXs devem ser entendidas como uma política fundiária e ambiental resultante da luta dos seringueiros pelo quadro de insegurança gerado através dos conflitos com os pecuaristas e especuladores (NOVAES, 1991; CUNHA e LOUREIRO, 2009).

No Estado do Acre encontra-se a RESEX Chico Mendes, considerada a maior do país e criada em 1990 em resposta aos seringueiros acreanos que viveram o processo de desapropriação de terras e devastação florestal nas décadas anteriores. É considerada como o resultado do movimento de resistência através de uma política pública do Governo Federal, visando a geração de emprego e renda na região, bem como a preservação ambiental (NOVAES, 1991).

Assim, a preservação ambiental adotada como princípio da proposta das RESEX foi descrita: “a principal característica das RESEX, portanto, é o resgate da importância do homem, numa nova perspectiva de ocupação do espaço amazônico, associada à conservação do meio ambiente onde são levados em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos das populações locais” (CNS, 1993, p. 6).

Nesse sentido, Rêgo (1999) define o conceito de “neoextrativismo” que é uma proposta na perspectiva da organização da produção familiar, porém, tendo todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Assim, o neoextrativismo implica uma elevação no nível de qualidade de vida, principalmente, pela elevação e geração de renda em decorrência da incorporação do progresso técnico e a incorporação de novas alternativas de extração de recursos associados ao cultivo, criação e beneficiamento e comercialização da produção.

Vale destacar que o conceito de neoextrativismo busca uma nova ideia de estruturação da produção baseados nos princípios da sustentabilidade, mostrando-se adequado a discussão da viabilidade das reservas, principalmente, em razão da ruptura dos moldes produtivos da organização

social e econômica dos antigos seringais (RÊGO, 1999).

A REFORMA AGRÁRIA E A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

A agricultura familiar dada a sua magnitude apresenta-se como um setor fundamental para o desenvolvimento rural. De acordo com a FAO (2014), esse segmento produtivo é responsável pela produção de 80% dos alimentos, considerando a amostra de 30 países.

Além disso, a agricultura familiar mostra grande dinâmica, sendo considerada como multifuncional, uma vez que pode contribuir para a garantia da conservação ambiental, biodiversidade, conservação de da paisagem, economia rural etc. (QUAN, 2015).

Guanziroli *et al.* (2001) afirma que o produtor familiar rural apresenta vantagens na gestão da mão de obra, especialmente em trabalhos intensivos e exigentes em tratos culturais mais cuidadosos, como também possui importante papel social por conter o êxodo rural, gerando trabalho local e sistemas produtivos diversificados, buscando alternativas produtivas mais sustentáveis.

Por outro lado, tendo em vista as crescentes e recentes discussões a respeito da produção de alimentos e agrocombustíveis e seus preços decorrentes, o debate sobre o uso da terra, mercado de terras e controle da terra se acirrou, principalmente, entre às grandes corporações e à agricultura familiar. Assim, o conceito de governança fundiária se destacou nas agências internacionais de fomento de desenvolvimento, como também políticas fundiárias pró-pobres adequadas em todo o mundo (BORRAS E FRANCO, 2010).

A governança envolve vários atores – governos, empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais etc. – e também o conjunto de regras a nível global. Portanto, por governança compreende-se como “sistemas de regra em todos os níveis da atividade humana - da família à organização internacional - em que a busca de objetivos através do exercício do controle tem repercussões transnacionais” (SIKOR *et al.*, 2013).

De acordo com Reydon (2014, p. 754) a conceituação de governança fundiária mais adequada é a adotada pela FAO (2009):

A Governança é o sistema de valores, políticas e instituições pelas quais a sociedade administra seus assuntos econômicos, políticos e sociais por meio de interações dentro e entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado. A governança da terra refere-se às regras, processos e organizações, e através delas se tomam as decisões sobre o acesso à terra e seu uso, a forma em que se implementam essas decisões, e a maneira que se administram os conflitos de interesse sobre a terra.

Atrelado a esse conceito é fundamental remeter essa discussão ao desenvolvimento sustentável, uma vez que as proposições para se chegar a sustentabilidade são normativas sobre como pode e deve ser esse desenvolvimento (ROMEIRO, 2012).

Dessa forma, o conceito de governança fundiária pode se enquadrar nesse mesmo segmento, em especial nas regiões subdesenvolvidas, tendo em vista que a realidade está muito distante do que deve e poder a governança de terras. Observa-se que existem muitos desafios entre a norma e a realidade, que ainda não foram tratados de forma adequada (MACIEL *et al.*, 2018).

Do ponto de vista econômico é fundamental a ampliação das discussões a respeito de soluções que possam adequar a regulação do mercado de terras, como é o caso do cadastro e titulação de terras (BORRAS E FRANCO, 2010).

Entretanto, os programas de titulação de terras geralmente falham na entrega dos benefícios prometidos, por exemplo no combate à pobreza, uma vez que não se observam evidências suficientes na redução dos níveis de pobreza, nem na segurança do acesso à terra (PAYNE, DURAND-LASSERVE E RAKODI, 2009).

Assim, destaca-se que as questões fundiárias apresentam caráter multidimensional, como a questão dos territórios indígenas, decisivos para a reprodução sociocultural desse público (BORRAS E FRANCO, 2010).

Para tanto, é necessário considerar que as relações sociais são fundamentais para o encaminhamento das discussões em torno da governança fundiária, uma vez que as questões fundiárias são basicamente relações sociais entre os indivíduos. Governança está ligado as relações políticas entre grupos de pessoas e instituições que as governam. As relações sociais ligadas a questão fundiária são contínuas e constantemente mudam, mesmo muito tempo depois do processo de titulação ou da conclusão de um programa de reforma agrária. “O ponto principal é sobre a reforma das relações sociais baseadas na terra” (BORRAS E FRANCO, 2010).

Assim, observa-se que mesmo em regiões onde a questão fundiária já foi considerada resolvida, por exemplo, em projetos de reforma agrária oficiais da Amazônia, como as RESEXs, ainda se encontram problemas agrários no que diz respeito a segurança da posse da terra, bem como o uso sustentável da terra. Algumas variáveis não foram suficientemente ou adequadamente estudadas, como o nível educacional das pessoas e fiscalização e monitoração dos órgãos responsáveis pela questão agrária na região.

METODOLOGIA

No presente trabalho será utilizada a mesma metodologia desenvolvida pelo projeto de pesquisa Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar no Vale do Acre, denominado ASPF, desenvolvido pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da UFAC, desde 1996⁵⁵, o qual faz uma análise sobre o desempenho econômico de unidades de produção familiares (UPF) no Estado do Acre.

Tem como objeto as famílias rurais que residem na Reserva Extrativista (RESEX) “Chico Mendes”⁵⁶ e que fazem parte de um sistema de produção familiar extrativista, no estado do Acre.

⁶¹Ver <https://aspf.wordpress.com/>

⁶²A Resex Chico Mendes, área de estudo, está localizada na região sudeste do Estado do Acre. Foi criada pelo decreto nº 144 de março de 1990 com uma área de aproximadamente 970.570 ha.

Esta pesquisa se constitui como uma análise de desempenho econômico e governança de terras, com natureza descritiva e explicativa, o que, segundo as definições de Babbie (1999), se baseia em descrever as características, traços e atributos de um determinado grupo social, explicando suas ocorrências. A pesquisa de campo foi realizada com aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Devido às dificuldades de acesso, o levantamento dos dados foi realizado por amostragem, seguindo o critério de que o seringueiro resida na colocação (unidade de produção familiar) há no mínimo dois anos.

O levantamento das informações foi realizado por amostragem. A amostra foi definida a partir de três etapas:

a) Estratificação da área de acordo com nível de desenvolvimento (alto, médio ou baixo), tendo como referência os critérios relativos aos volumes de produção, facilidade e qualidade de acesso, disponibilidade de infraestrutura e assistência técnica, além do grau de organização comunitária.

b) Sorteio de metade dos conglomerados das áreas de estudo – ramais, no caso de áreas agrícolas, e, os seringais, no caso de áreas extrativistas –, tendo em vista a representatividade dentro de cada estrato definido.

c) Por fim, dentro de cada conglomerado sorteado, foi realizada uma **amostragem aleatória simples**, sorteando-se 10% das unidades de produção, que fazem parte do objeto de estudo.

Portanto, a partir dos resultados auferidos se podem generalizar os dados coletados para toda a região de estudo. Para o levantamento das informações, utilizou-se como referência o calendário agrícola da região, definido conjuntamente com as próprias comunidades estudadas, que se refere ao período de maio de um ano a abril do ano seguinte, englobando o conjunto de atividades econômicas produtivas das famílias.

Na atual pesquisa foram utilizadas as informações referentes à evolução do desempenho das famílias para o período 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Para a análise de dados foi utilizado o *software* desenvolvido pelo Projeto ASPF direcionado a estes trabalhos específicos, utilizando uma metodologia adequada a este tipo de estudos.

Acesso e uso da terra

- **As formas de acesso à terra** consideradas no presente trabalho são as seguintes: posse, concessão de uso e licença/autorização de uso. Estas demonstram o tipo de segurança da propriedade da terra.
- **A forma de uso de terra** foi dividida em três segmentos: floresta, pasto e área aberta. Estas explicam como os produtores planejam e utilizam a área da terra que possui. Foram analisados os períodos 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019, tendo em vista que essas informações foram incorporadas a metodologia do Projeto ASPF posteriormente aos primeiros levantamentos.

Os principais indicadores econômicos utilizados na atual pesquisa são sucintamente descritos a seguir:

· Renda Bruta (RB) - indicador de escala de produção

$$RB = Qv \cdot pp \quad (1)$$

Sendo:

RB = renda bruta

Qv = quantidade do produto vendida

pp = preço unitário ao produtor

· Margem Bruta Familiar (MBF) - valor monetário disponível para a família

$$\mathbf{MBF} = \mathbf{RB} - (\mathbf{CV} - \mathbf{Cftf}) \quad (2)$$

Sendo:

MBF = margem bruta familiar;

RB = renda bruta;

CV = custos variáveis;

Cftf = custo real da força de trabalho familiar

· Nível de Vida (NV) - indicador monetário do padrão de vida

$$\mathbf{NV} = (\mathbf{MBF} + \mathbf{AC} + \mathbf{Cjicc}) - \mathbf{AA} \quad (3)$$

Sendo:

NV = nível de vida;

MBF = margem bruta familiar;

AC = autoconsumo;

Cjicc = juros imputados ao capital circulante;

AA = amortizações anuais de empréstimos.

· Índice de Eficiência Econômica (IEE) - indicador de benefício/custo

$$\mathbf{IEE} = \mathbf{RB/CT} \quad (4)$$

Para interpretá-lo considera-se que:

Se $\mathbf{IEE} > 1$, a situação é de lucro;

Se $\mathbf{IEE} < 1$, a situação é de prejuízo;

Se $\mathbf{IEE} = 1$, a situação é de equilíbrio.

· **Linha de Dependência do Mercado** - define-se como linha de dependência do mercado os valores medianos gastos com o consumo no mercado, adicionados das compras relacionadas à reposição do capital fixo (máquinas, equipamentos, ferramentas, benfeitorias etc.) disponível para a manutenção dos meios de produção existentes.

· **Autoconsumo** - é a própria produção para o consumo familiar.

$$\mathbf{AC} = \sum_{v=1}^n (\mathbf{Qbcp})_v \cdot \mathbf{pv} \quad \mathbf{AC} = \sum_{v=1}^n (\mathbf{Qbcp})_v \cdot \mathbf{pv} \quad (5)$$

sendo:

AC = autoconsumo

$(\mathbf{Qbcp})_v$ = quantidade do bem de autoconsumo produzido v

pv = preço unitário do bem de autoconsumo produzido v

v = itens de bens de autoconsumo produzidos (v = 1, 2, ..., n)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já amplamente discutido pela literatura e constatado por diversos trabalhos, sabe-se que a criação das Reservas Extrativistas (RESEX), que, pela legislação, tem o status de Unidade de Conservação (UC), estão associadas a luta pela posse da terra na Amazônia e pautadas nas discussões acerca do desenvolvimento sustentável. A RESEX Chico Mendes é o principal símbolo de conquista desse enfrentamento por registrar em seu histórico os confrontos que tiveram na própria região. Assim, com a implantação dessa UC se esperava a manutenção das famílias extrativistas nos seringais de origem, com a garantia da propriedade da terra, bem como a conservação do meio ambiente, além da viabilização econômica das atividades produtivas.

No que diz respeito à manutenção das famílias nos seringais, que foi o principal ativo de luta pela posse da terra, contatou-se, na Tabela 16, que a rotatividade de moradias entre os produtores familiares ter reduzido ao longo dos últimos 24 anos, pois metade das famílias estão na mesma propriedade há mais de duas décadas. Cabe destacar que a rotatividade das famílias na região tem se estabilizado nos dois últimos levantamentos, demonstrando que faz parte da movimentação de algumas famílias e que pode estar relacionada à busca de melhores condições produtivas, formação de novas famílias, entre outras questões.

Tabela 16 – Tempo de moradia das famílias da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Tempo de moradia	1996/1997 (%)	2005/2006 (%)	2014/2015 (%)	2018/2019 (%)
< 5 anos	28%	12%	10%	9%
5 – 10 anos	20%	16%	16%	15%
10 – 15 anos	23%	24%	16%	10%
15 – 20 anos	13%	13%	4%	17%
> 20 anos	15%	34%	54%	49%

Fonte: Projeto ASPF (2020).

Por outro lado, a Tabela 17 demonstra que ainda perdura uma clara situação de insegurança na propriedade da terra entre os extrativistas da RESEX Chico Mendes, pois mais de 60% não possuem nenhum documento que assegure a propriedade das áreas que moram. Isto é extremamente preocupante, visto que se passaram mais de duas décadas sem que se tenha resolvido essa situação. Vale lembrar que as Ucs é fruto de uma política ambiental e agrária. Do lado ambiental, como é evidente, trata-se de garantir a manutenção da floresta. Do lado agrário, espera-se a garantia de segurança da terra aos produtores da RESEX através de mecanismos de regulação e controle.

Tabela 17 – Tipos de acesso à terra entre as famílias da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Formas de acesso à terra	1996/1997 A	2005/2006 B	2014/2015 C	2018/2019 D	Evolução (%) A-D	Evolução (%) B-D
Posse	15%	13%	50%	3%	-83%	-81%
Compra (com escritura pública)	18%	13%	14%	8%	-58%	-43%
Concessão de uso	9%	12%	14%	11%	28%	-4%
Compra (sem escritura pública)	41%	40%	10%	39%	-6%	-2%
Herança (sem escritura pública)	3%	7%	8%	21%	623%	189%
Troca	3%	1%	2%	13%	325%	750%
Herança (com escritura pública)	1%	0%	2%	5%	240%	
Licença de ocupação	0%	1%	0%	1%		-15%

Fonte: Projeto ASPF (2020).

Além disso, a condição de insegurança da terra pode estar relacionada a um mercado informal de terras na região, bem como às dificuldades de governança por parte das instituições responsáveis pela unidade de conservação ao longo do tempo, como é o caso do IBAMA e do Instituto de Chico Mendes (ICMBio), criado em período recente para tal desafio. Algo que é ainda mais alarmante para a questão fundiária e ambiental na Amazônia são as mudanças políticas ocorridas a partir do ano de 2019, com a ascensão de um Governo muito mais alinhado aos ideais neoliberais, o que se refletiu inclusive na atual coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MME), visivelmente retrógrado aos avanços das políticas ambientais da década anterior, onde a agenda institucional atual prevê a flexibilização e afrouxamento ainda mais do aparato regulatório e de fiscalização. Em síntese, é o que se chamou de “passar a boiada⁶³”.

⁶³Termo alcunhado pelo Ministro do Meio Ambiente na fatídica reunião ministerial do dia 22/04/2020, defendendo que deveria aproveitar que as atenções da mídia estavam voltadas ao combate da pandemia da Covid-19 para aprovar um conjunto de medidas.

Não obstante, tais dificuldades de governança fundiária se refletem diretamente na forma de uso da terra para o desenvolvimento das atividades produtivas na região, como demonstra a Tabela 18. Pois, no período mais recente, a pesquisa do projeto ASPF evidencia a perda de aproximadamente 0,53% de floresta nativa na RESEX Chico Mendes, o que significa a perda de quase 5.000 campos de futebol na região. Chama a atenção a utilização de 3% da área da RESEX para pastagens, notadamente para a criação de gado bovino, cuja evolução de 2005/2006 para 2014/2015 foi de aproximadamente 111%, mantendo-se constante no período recente. Isso indica que a expansão da abertura de pastos na RESEX pode ter chegado ao limite permitido pela legislação em algumas colocações (unidades produtivas) de extrativistas, mas é preciso assegurar esses instrumentos jurídicos para manter a unidade de conservação nos moldes em que foi criada.

Tabela 18 – Formas de uso da terra entre as famílias das RESEX Chico Mendes – Acre – 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Formas de uso da terra	2005/2006	2014/2015	2018/2019	Evolução	Evolução
	– B	– C	– D	(%) B-D	(%) C-D
Floresta	95,050%	93,150%	94,543%	-0,53%	1,50%
Pasto	1,422%	3,173%	3,005%	111,28%	-5,29%
Capoeira	1,129%	2,450%	1,435%	27,13%	-41,43%
Outras	2,399%	1,222%	1,017%	-57,62%	-16,81%

Fonte: Projeto ASPF (2020).

A perda de floresta, traduzida no avanço do uso da terra para a formação de pastagens, pode levar à degradação ambiental dos solos da região, entre outros problemas ambientais. Ademais, a diversificação produtiva, ainda segundo a Tabela 18, vem diminuindo ao longo do tempo, com a redução das outras formas de uso da terra, como roçados, plantios de frutíferas e sistemas agroflorestais (SAFs).

A diversificação produtiva é fundamental quando as principais atividades produtivas, como é o caso da borracha e da castanha do Brasil, não conseguem avançar na geração de renda entre as famílias. Essa condição é observada na Tabela 19, pois no período de 2005/2006 as atividades extrativistas foram as protagonistas na geração de renda da RESEX Chico Mendes. Todavia, na última década, parece que a renda da borracha e especialmente da castanha chagaram ao seu limite, carecendo de inovações – como foi o caso do látex retirado na região para a produção de preservativos masculinos, mas que está atualmente enfrentando diversas dificuldades.

Tabela 19 – Evolução da geração de renda entre as unidades produtivas familiares da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Linha de exploração	1996/1997	2005/2006	2014/2015	2018/2019	Evolução	Evolução
	– A	– B	– C	– D	(%) A/D	(%) B/D
<i>Agricultura</i>	34,07%	24,71%	30,00%	11,08%	-67,46%	-55,14%
Macaxeira	10,31%	10,56%	6,36%	3,16%	-69,33%	-70,06%
Arroz	7,35%	7,32%	4,09%	0,08%	-98,85%	-98,85%
Feijão	6,76%	1,78%	4,70%	1,54%	-77,25%	-13,40%
Café	0,02%	0,78%	2,14%	0,00%	-100,00%	-100,00%
Melancia	6,56%	0,96%	2,02%	0,66%	-89,93%	-31,24%
Milho	1,86%	1,03%	1,27%	1,01%	-45,88%	-1,68%
Banana	0,12%	1,13%	0,59%	0,01%	-94,12%	-99,35%
Outras	1,09%	1,16%	8,82%	4,62%	326,14%	297,43%
<i>Criações</i>	37,31%	30,17%	29,00%	56,90%	52,50%	88,62%
Criação de Boi	11,12%	17,47%	15,85%	42,27%	280,21%	142,02%
Criação de Aves	11,96%	5,20%	6,18%	4,57%	-61,76%	-12,05%
Criação de Porcos	11,02%	6,03%	4,73%	6,82%	-38,14%	13,08%
Criação de Ovelhas	1,83%	0,81%	1,68%	1,78%	-2,88%	119,80%
Outras	1,38%	0,66%	0,49%	1,46%	5,80%	120,49%
<i>Extrativismo</i>	28,62%	45,12%	41,00%	32,01%	11,85%	-29,05%
Castanha	15,22%	27,12%	27,00%	7,49%	-50,77%	-72,38%
Borracha	13,40%	9,51%	11,72%	24,27%	81,06%	155,28%
Castanha Certificada	0,00%	4,32%	1,18%	0,00%		-100,00%
Madeira	0,00%	4,17%	0,11%	0,00%		-100,00%
Outras	0,002%	0,00%	0,53%	0,25%	13.907,25%	

Fonte: Projeto ASPF (2020).

No caso da castanha do Brasil, que enfrenta imensas dificuldades de racionalização da produção, a principal inovação vem das boas práticas produtivas e processamento, mas insuficiente para o aumento da oferta e qualidade do produto. Além disso, a inovação trabalhada na certificação do produto parece que foi abandonada, uma vez que a Tabela 19 apresenta significativa queda na geração de renda por esse produto, na última década.

Na verdade, a principal diversificação que está sendo trabalhada entre as famílias da região de estudo é a criação de gado bovino, conforme a Tabela 18. Porém, de acordo com a Tabela 19, parece que a geração de renda oriunda dessa atividade esteja no limite, sendo compatível com as restrições impostas pela gestão da RESEX na ampliação dos desmatamentos e, consequentemente, das pastagens – requisito básico para a viabilização da pecuária extensiva.

Vale notar que a criação de gado bovino se estabeleceu como a principal geradora de renda na RESEX Chico Mendes no período 2018/2019, ainda que não houve aumento significativo na abertura de novas pastagens no período. Esse resultado ocorreu devido à valorização do preço do gado bovino nesse período. Porém, o preço da carne bovina é uma *commodity* no mercado internacional e é pautado pelo nível de comercialização nesse mercado. Assim, essa valorização pode ser apenas conjuntural e poderá não se estabelecer nos anos subsequentes⁵⁸, o que evidencia para a necessidade de planejamento de produção em torno de outras culturas.

⁶⁴Cf. Bertolacini (2019) e Tooge (2019)

De acordo com a Tabela 20, os resultados indicam um contraste entre a dinâmica econômica e as características produtivas e sociais da produção familiar rural. De um lado, percebe-se uma evolução acentuada na formação de renda bruta (RB), que apresentou, no intervalo de mais de 20 anos, um crescimento de 70%. Embora que, mesmo com uma expansão tão significativa, esse resultado não foi suficiente para chegar ao nível do salário mínimo (SM)⁶⁵ vigente, sendo 20% inferior ao SM. Os custos de produção, fixo e variável, também tiveram um crescimento expressivo durante esse período, especialmente, em relação aos custos fixos, que cresceram 251%. Assim, como a relação entre renda e custos expressa a condição de viabilidade econômica, o IEE demonstra que no primeiro período (1996/1997) a atividade produtiva das UPFs era viável economicamente com 1,37, porém, com o crescimento dos custos de produção nos períodos seguintes, os produtores familiares encontraram uma condição de inviabilidade econômica.

Por outro lado, os resultados dos indicadores de VBCC, LDM e AC se confrontam com as características produtivas e sociais da agricultura familiar, que tem na produção de autoconsumo uma de suas fortalezas para reduzir a dependência de mercado, viabilizar a sua atividade produtiva e melhorar o nível de vida, em termos monetários. Enquanto houve um forte avanço no VBCC e na LDM no intervalo de 20 anos, que correspondeu a um crescimento de 308% e 261% - respectivamente -, indicando que as famílias ficaram cada vez mais dependentes do mercado, o autoconsumo teve uma retração de 36% no mesmo período. Porém, nos últimos quatro anos, houve boa recuperação nos níveis de autoconsumo, em 92%. Isso representa que é possível os produtores familiares restabelecerem um nível maior de autoconsumo em detrimento da aquisição de alimentos básicos no mercado, por exemplo.

Tabela 20 – Evolução do desempenho econômico das unidades produtivas da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Indicadores	Unidade	1996/1997	2005/2006	2014/2015	2018/2019	Evolução	Evolução
Econômicos		(A)	(B)	(C)	(D)	A – D	C – D
RB	R\$/mês	485,26	697,56	600,04	823,17	70%	37%
MBF	R\$/mês	435,07	633,80	494,23	710,28	63%	44%
LDM	R\$/mês	440,15	1.495,89	1.689,33	1.587,91	261%	-6%
AC	R\$/mês	1.378,63	709,56	460,38	882,05	-36%	92%
NV	R\$/mês	1.792,14	1.471,20	773,85	1.180,96	-34%	53%
IEE	und.	1,37	0,74	0,67	0,79	-43%	17%

RB – Renda Bruta; MBF – Margem Bruta Familiar; LDM – Linha de Dependência do Mercado; AC – Autoconsumo; NV – Nível de Vida; IEE – Índice de Eficiência Econômica

Fonte: Projeto ASPF (2020).

Esses resultados expressam um forte descompasso entre a renda bruta auferida e despesas das unidades produtivas familiares na área de estudo, o que significa que, possivelmente, as famílias estão recorrendo a outros tipos de renda, como as não agrícolas, que tem como exemplo o assalariamento e as transferências governamentais, especialmente aposentadorias e bolsa família, para garantir a manutenção e reprodução social.

⁶⁵A partir de 01 de fevereiro de 2020, passou a corresponder a R\$ 1.045,00.

CONCLUSÃO

As unidades de conservação, como é o caso da RESEX Chico Mendes, surgiram para encaminhar os problemas relacionados à luta pela posse da terra na região amazônica, bem como às questões ambientais derivadas das atividades insustentáveis, como a produção de madeira e pecuária de gado bovino.

Entretanto, a governança fundiária da região se tornava um imenso desafio, dadas as dimensões da região, além das dificuldades de monitoramento e fiscalização das diversas atividades e dos diversos atores envolvidos por parte das instituições responsáveis pela gestão. Tais dificuldades podem ser evidenciadas pelos levantamentos realizados pelo projeto de pesquisa ASPF, ao longo dos últimos 24 anos, cujos resultados demonstraram que há preocupante insegurança na propriedade da terra por parte dos extrativistas, mesmo tendo diminuída ou estabilizada a rotatividade das moradias.

Além das dificuldades de governança das instituições responsáveis pela RESEX Chico Mendes, verificou-se a presença de um mercado informal de terras na região de estudo que precisa ser mais bem avaliado. Essa condição, talvez, possa estar no cerne das dificuldades produtivas entre os produtores e, conseqüentemente, na forma de uso da terra, que apresenta diminuição da floresta nativa em detrimento de usos insustentáveis do solo, como a formação de pastagens para a criação de gado bovino de forma extensiva.

Ademais, as dificuldades produtivas estão levando os extrativistas da RESEX Chico Mendes a problemas no processo de reprodução social das famílias a partir do autoconsumo, cujos resultados evidenciam maior dependência do mercado para a aquisição dos bens necessários para subsistência.

Assim, mesmo depois de 27 anos da implantação da RESEX Chico Mendes, ainda necessita-se encaminhar uma discussão mais acurada sobre a governança fundiária na região e o processo de gestão das unidades de conservação.

Embora que o presente trabalho tenha algumas limitações no tocante às discussões referentes a pobreza e desenvolvimento rural, sugere-se o encaminhamento a novos trabalhos que contemple estes temas para conhecer a realidade dessas famílias e subsidiar políticas específicas para a erradicação da pobreza na RESEX Chico Mendes.

Atualmente, o Brasil possui aproximadamente 77 reservas extrativistas distribuídas por todo o território nacional. No entanto, ainda existem poucos estudos realizados para este tipo de política fundiária e ambiental, podendo, assim, a presente pesquisa contribuir para a avaliação de outras RESEXs brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica**. R. Pará Desenvolvimento, Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 3-29, jan./dez. 1989.

BARBIER, E. S. Poverty, development, and environment. **Environment and Development Economics**, 15: 635–660, 2010. DOI 10.1017/S1355770X1000032X

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 519 p.

BERTOLACINI, Francielle. **Aumento do preço da carne: entenda os motivos da alta ao consumidor final.** São Paulo, 28/11/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/boi/aumento-carne-bovina-2019/>

BORRAS, S. and FRANCO, J. **Contemporary Discourses and Contestations around Pro-Poor Land Policies and Land Governance.** *Journal of Agrarian Change*, Vol. 10 No. 1, January 2010, pp. 1–32.

CAVALCANTI, F. C. S.; SOUZA, E. F.; CAVALCANTE FILHO, P. G.. **The Emergence of Conservation Units in the Western Amazon: The Case of Extractive Reserves of Acre.** In: Annual World Bank Conference on Land and Poverty. Washington DC, 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS – CNS (1993). **Diretrizes Para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia.** Rio Branco: Poronga, 1993.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva Extrativista – Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida.** 1995. 156 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. **Reservas Extrativistas: Limites e Contradições de uma Territorialidade Seringueira.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25.

DE TOLEDO PM, DALLA-NORAE, VIEIRA ICG, AGUIAR APD, ARAÚJO R. 2017. **Development paradigms contributing to the transformation of the Brazilian Amazon: do people matter?** *Current Opinion in Environmental Sustainability* 26–27:77-83.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2001.

FAO. **The State of Food and Agriculture: Innovation in family farming.** Rome: FAO, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_i2.pdf

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; BITTENCOURT, G.; **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HALL, Anthony. **Environment and Development in Brazilian Amazonia: From Protectionism to Productive Conservation.** In: HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads: The challenge of sustainable development.** London: ILAS, 2000. P. 99-114.

KAUANO, E.E.; SILVA, J. M.C.; MICHALSKI, F. **Illegal use of natural resources in federal protected areas of the Brazilian Amazon.** 2017. *PeerJ*5:e3902, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7717/peerj.3902>

KOHLER, F.; BRONDIZIO, E. S. (2016). **Considering the needs of indigenous and local populations in conservation programs.** *Society for Conservation Biology*, Volume 31, No. 2, 245–251, 2016. DOI: 10.1111/cobi.12843

LIMA, D. M.; PERALTA, N. **Developing Sustainability in the Brazilian Amazon: Twenty Years of History in the Mamirauá and Amanã Reserves.** *Journal Latin American Studies*, 1-29, 2017. DOI

10.1017/S0022216X17000414

MACIEL, R. C. G.; BEZERRA, F. D. S.; CAVALCANTI, F. C. S.; OLIVEIRA, Oleides F.; CAVALCANTE FILHO, P. Family Farming, Land Use and Sustainability in the Amazon: Focusing on the Educational Dimension. **Creative Education**, 9, 99-114, 2018.

_____.; CAVALCANTI, F. C. S.; SOUZA, E. F. de; OLIVEIRA, O. F de; CAVALCANTE FILHO, P. G. The “Chico Mendes” extractive reserve and land governance in the Amazon: Some lessons from the two last decades. *Journal of Environmental Management*, 223, p. 403–408, 2018.

MORSELLO, Carla. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo**. São Paulo: ANABLUME/FAPESP, 2001.

NOVAES, Regina Reyes (1991). Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando et al. **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e terra, 1991.

PAYNE, G. DURAND-LASSERVE, A. and RAKODI, C. The limits of land titling and home ownership. **Environment and Urbanisation**, 21(2), p. 443–462, 2009.

QUAN, Julian. **Family farming and land governance: towards a people-centred approach: Synthesis of Findings of a Research Project Supported by the International Land Coalition**. Paper presented at the Annual World Bank Conference on Land and Poverty, March 23-27 2015 Washington DC.

RÊGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25. n. 147, p. 62-65, mar.1999.

REYDON, Bastiaan P. Governança de terras e a questão agrária no Brasil. In: BUAINAIN, A. C.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. & NAVARRO, Z (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 725-759.**

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**. vol. 26 no. 74, São Paulo, 2012.

SIKOR, T. *et al.*, (2013). Global land governance: from territory to flow? **Current Opinion in Environmental Sustainability**, 5:522–527, 2013. DOI 10.1016/j.cosust.2013.06.006

TERBORGH, J.; PERES, C. A. 2017. Do Community-Managed Forests Work? A Biodiversity Perspective. **Land**, 6, 22; 1-7, 2017. DOI 10.3390/land6020022

TOOGE, Rikardy. O que se sabe sobre o aumento no preço da carne no mercado brasileiro. **G1**, São Paulo, 28/11/2019. AGRO. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/11/28/o-que-se-sabe-sobre-o-aumento-no-preco-da-carne-no-mercado-brasileiro.ghtml>

UICN. Reservas Extrativistas. **Cambridge: UICN**, 1995. 133 p.

Índice Remissivo

A

- Agricultura familiar 43, 67, 70, 71, 76, 79, 80, 81, 83, 100, 118, 119, 144, 158
Áreas de florestas 121
Autoconsumo 11, 19, 21, 34, 35, 37, 82, 84, 93, 98, 99, 111, 113, 117, 130, 132, 133, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158
Avaliação econômica 26, 27, 33, 147

B

- Bem-estar dos produtores 44

C

- Chico mendes 6, 7, 8, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157
Criação de gado bovino 26, 37

D

- Degradação ambiental 26, 96, 105
Desenvolvimento da região amazônica 67, 68
Desenvolvimento sustentável 6, 7, 8, 12, 16, 18, 24, 26, 27, 29, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 67, 68, 69, 83, 84, 85, 88, 90, 94, 102, 103, 105, 106, 117, 121, 122, 123, 124, 142
Desestruturção do extrativismo 102
Desflorestamentos 12, 21, 26, 27, 48, 68, 86, 105, 121
Desigualdade de renda 11, 102, 114, 116, 140
Desmatamentos 7, 18, 28, 31, 32, 40, 46, 50, 53, 85, 97, 103
Dinâmica inovativa 67
Distribuição de renda 8, 11, 102, 104, 107, 111, 112, 115, 116, 117, 140, 142, 151

E

- Exploração 8, 18, 19, 21, 27, 29, 36, 44, 45, 46, 47, 82, 88, 89, 97, 106, 117, 119, 125, 157
Extrativistas 6, 8, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 65, 66, 67, 70, 83, 85, 86, 87, 88, 92, 94, 96, 99, 106, 107, 108, 115, 119, 121, 124, 125, 129, 133, 134, 138, 142, 146, 150

F

- Famílias assentadas 77, 78, 80, 81, 82, 102, 104, 117, 128, 140, 142, 156
Floresta amazônica 15, 24, 27, 41, 43, 50, 51, 65, 68, 83, 99, 120, 123, 124, 138, 139

G

Gado bovino 7, 11, 12, 16, 18, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 84, 85, 96, 97, 99

Garantia da propriedade da terra 11, 85, 94

I

Identidade cultural 15

Índice de gini 102, 111

Insegurança alimentar 11, 140, 142, 145, 149, 156, 158

L

Linha de pobreza 102, 107, 112, 116, 120, 151, 154, 157

Luta pela posse da terra 7, 26, 27, 28, 29, 45, 46, 85, 94, 99, 105, 106, 121, 123

M

Mecanização do setor agropecuário 102

Mindset 15

Movimento social seringueiro 15, 22, 29, 45, 85, 123

Movimentos sociais 49, 67, 90, 103, 105, 120

Mudança de mindset 15, 24

N

Níveis de pobreza 91, 102, 104, 112, 140

P

Pastagens 18, 27, 28, 31, 38, 40, 41, 46, 85, 96, 97, 99

Pecuária 7, 12, 18, 20, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 40, 41, 46, 52, 53, 66, 68, 69, 84, 88, 97, 99, 103

Pequenos produtores rurais 140

Pobreza 84, 102, 106, 112, 119, 120, 138, 140, 150, 152, 156, 157, 158

Políticas públicas 8, 10, 12, 27, 29, 30, 32, 45, 47, 49, 64, 65, 67, 68, 69, 82, 86, 105, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 137, 141, 142, 143, 157

Preservação/conservação 15

Preservação da amazônia 15

Preservação da floresta 67

Problemas socioeconômicos e ambientais 26, 102, 103, 121, 123

Processo desenvolvimentista na amazônia 44

Produção comercial de gado bovino 12, 26

Produção e destinação de resíduos sólidos 121

Produção familiar rural 6, 7, 10, 12, 26, 27, 67, 71, 76, 82, 98, 109, 113, 117, 147

Projeto aspf (análise socioeconômica da produção familiar rural do acre) 67

R

Recursos naturais 6, 8, 23, 29, 30, 31, 32, 41, 42, 44, 47, 48, 53, 70, 82, 86, 88, 104, 105, 106, 117, 123, 124, 125, 134, 157

Reforma agrária 32, 49, 51, 71, 85, 87, 88, 91, 103, 120, 142

Reservas extrativistas (resex) 15, 24, 26, 49, 68, 69, 88, 94, 102, 125, 142

Resex chico mendes 7, 8, 31, 32, 49, 67, 68, 70, 81, 140, 141, 150, 151

Resíduos sólidos 12, 61, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Resultados econômicos 26, 36, 37, 44, 102, 121, 140

S

Segurança alimentar 11, 84, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 155

Sistemas básicos de produção familiar rural 33, 44, 54, 138, 140, 157

Sustentabilidade 8, 30, 31, 44, 48, 53, 69, 70, 71, 73, 82, 86, 89, 90, 124, 127, 139

T

Tecnologias sustentáveis 12, 67

Trabalhadores rurais 67

Tradição seringueira 11, 15, 21

U

Unidades de conservação 7, 23, 26, 29, 32, 51, 68, 85, 86, 87, 99, 106, 119, 121, 124, 125

Uso da terra 11, 16, 18, 19, 21, 24, 30, 40, 47, 48, 82, 85, 86, 88, 90, 92, 96, 99



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

[@editora_omnis_scientia](https://www.instagram.com/editora_omnis_scientia) 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 